

Zélia nega novo choque contra a inflação

RAUL RAMOS

Embora vários economistas e ex-ministros da Fazenda já admitem que a bala disparada contra a inflação foi perdida, sendo necessário implementar outro choque econômico, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, insiste em afirmar que a inflação está sob controle, porque o Governo recuperou o poder de fazer política econômica, não havendo motivo para a edição de um Plano Collor II.

Segundo a ministra, não existe nenhuma razão para a "barriga

inflacionária" ocorrida agora em junho. "Verificamos uma ligeira aceleração, mas isto se deve a fatores sazonais. Basta decompor o índice da Fundação Instituto de Pesquisas Económicas (Fipe), utilizado como indicador oficial da inflação agora em junho, para verificarmos que o que está puxando a inflação são produtos *in natura*, vestuário e aluguéis". A seu ver, tão logo aconteça a primeira liquidação de roupas de inverno, a inflação cairá. "Mesmo com a ocorrência de fatores sazonais como o aquecimento da demanda em função da época das festas (fim de ano) e pagamento

de décimo-terceiro salário, é possível esperar uma redução sensível da inflação ainda este ano", analisou. Zélia não fica somente no campo da especulação e dá uma dica: "Basta verificar o comportamento da demanda ao longo desses últimos meses, para verificar uma tendência ao desaquecimento. Isto se concretizando, conjugado com outros fatores decorrentes de um rigoroso controle fiscal e monetário, forçará uma queda da inflação".

INDEXAÇÃO

É com base nessa avaliação que a equipe econômica pretende

jogar duro para evitar a aprovação, pelo Congresso, de qualquer lei que reintroduza mecanismos de indexação salarial. Para o secretário de política econômica, Antônio Kandir, tal medida implicaria o retorno da inflação a patamares insuportáveis, situando-se rapidamente acima dos cem por cento ao mês. A seu ver, a regra definida pela Medida Provisória nº 193, que prevê a recomposição salarial pela média dos 12 meses anteriores à data-base da categoria e reajustes somente na data-base, é a única forma de garantir a estabilização da economia.

O ex-ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, não concorda com essa tese. Ele avalia que a concessão de apenas um reajuste ao ano é incompatível com uma inflação que se aproxima dos dois dígitos.

Para o deputado Delfim Netto (PDS-SP), o Plano Collor só terá salvação se o déficit público for de fato eliminado. A meta de reduzir os gastos oficiais, entretanto, a cada dia se depara com novos entraves. O corte de servidores públicos esbarrou em dispositivos constitucionais, que garantem a estabilidade para a maioria dos funcionários dos quadros da

administração direta. Outro problema surgiu agora que o Supremo Tribunal Federal julgou, inconstitucional, a redução dos vencimentos dos funcionários comissionados em disponibilidade.

Para o tributarista Ives Gandra Silva Martins, o cenário econômico sinaliza para a edição de um Plano Collor II já no segundo semestre deste ano. Segundo ele, o ajuste fiscal adotado pelo Governo não foi tão rígido quanto se anunciava. Ives Gandra prevê recessão e inflação ascendente a partir de julho, com o controle do consumo mantido através de uma política de juros altos.